



Instituição de Utilidade Pública

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BRIDGE

Relatório de Gestão do Exercício de 2021



Instituição de Utilidade Pública

Relatório de Actividades

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

Anexos:

I – Demonstrações Financeiras

II - Mapa de Gastos e Rendimentos

III - Certificação Legal das Contas

IV - Parecer do Conselho Fiscal



Instituição de Utilidade Pública

Relatório de Actividades

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2021

1 - Introdução

No cumprimento dos preceitos estatutários, a Direcção da Federação Portuguesa de Bridge (FPB) apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Actividades e os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2021.

As actividades desenvolvidas pela FPB em 2021 continuaram a ser muito condicionadas pela COVID 19 e pela evolução que teve em Portugal, nomeadamente na vaga que atingiu o País no início do ano, a qual levou a um confinamento muito rigoroso e os sucessivos estados de emergência com as inerentes restrições de circulação e da possibilidade de realização de provas presenciais.

O impacto maior foi no 1º e 2º trimestre, cuja consequência foi que apenas no final de Abril se começaram a organizar provas, sendo que a totalidade delas foram online. À medida que as campanhas de vacinação avançavam, e os riscos iam diminuindo, foi possível a partir de Outubro passar para provas presenciais.

2 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2.1 - Actividade Desportiva

A) Estatutos e Regulamentos Federativos

Em 2021 apenas foi alterado o Regulamento Técnico de Provas (RTP) para melhor o adaptar às novas circunstâncias resultantes da pandemia, e ao reconhecimento das provas online como forma de suprir as limitações impostas ao Bridge presencial por emergências ou confinamento.

No início do ano entrou em vigor o novo Regulamento de Custas Processuais da FPB, aprovado em 2020.

Com o objectivo de continuar a assegurar uma actividade desportiva responsável e segura, mantiveram-se as Normas e Procedimentos de Prevenção e Controlo da COVID-19 na Prática do Bridge, divulgadas pela Circular de Informação nº 3/2020, de 23/6/2020, à qual foi feita uma 2ª revisão a 01/05/21, e um reforço posterior pela Circular de Informação nº 8/2021, de 29/11/2021, na parte que respeita às provas presenciais e à exigência de apresentação do Certificado Digital de Vacinação COVID.

No final do ano, e por imposição legal, demos início ao processo de renovação do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva.

B) Campeonatos Nacionais

Em 2021, foram organizadas, directamente pela FPB, as seguintes provas nacionais:

- Campeonato Nacional de Pares Seniores – online (35 pares)
- Campeonato Nacional de Equipas de 2as Categorias - online (13 equipas)
- Campeonato Nacional de Clubes da 1ª Divisão – online (8 equipas)
- Campeonato Nacional de Clubes da 2ª Divisão – online (10 equipas)
- Campeonato Nacional Pares Open/2'as/Promoção – online (52 pares)
- Campeonato Nacional de Equipas Mistas – online (13 equipas)
- Campeonato Nacional de Pares Mistos – online (28 pares)
- Final da Taça de Portugal – online (12 equipas)
- Campeonato Nacional de Equipas Open – presencial (20 equipas)
- Campeonato Nacional de Pares por IMP's – presencial (22 pares)

As fases de apuramento dos Campeonatos Nacionais de Equipas Open e de Pares por IMP's foram organizadas pela ARBN por delegação da Federação, e realizaram-se no Clube de Bridge do Porto.

O Campeonato Nacional de Pares Femininos não se realizou. Inicialmente agendado para 05 de Junho, foi adiado por falta de quórum, e mais tarde suspenso por falta de datas disponíveis.

Direcção

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2021

C) Campeonatos Europeus de Equipas Nacionais

A 02 de Abril, a European Bridge League (EBL) anunciou que, devido à situação pandémica vigente, os Campeonatos da Europa previstos para Junho de 2021, no Funchal, foram cancelados.

No mesmo comunicado reafirma a disposição de manter a Madeira como local de realização dos referidos campeonatos, e anuncia a disposição de, perante a ausência de outra alternativa viável, organizar uma prova de qualificação para apurar os representantes da Europa aos World Teams Championships, previstos para o 1º trimestre de 2022 em Itália.

A prova, denominada EBL Qualifier, foi realizada no período de 23 a 28 de Agosto, num formato denominado híbrido, em que os jogadores acediam online através da plataforma Real Bridge, mas estavam presencialmente num local, sob a supervisão de um representante de outro país, nomeado pela EBL.

Portugal participou neste Qualifier com as equipas Open, Femininas, Seniores e Mistas, sendo um dos 18 países, num total de 31 presentes, que esteve representado em todas as categorias.

A FPB assegurou todas as condições para a sua realização, sendo os locais escolhidos o Centro de Bridge de Lisboa, com 3 selecções e o Clube de Bridge do Porto, com uma selecção, e parte de outra.

Os resultados obtidos superaram as expectativas, com a Selecção de Mistos a alcançar um brilhante 5º lugar entre as 21 equipas participantes nesta série.

Para as restantes selecções, um sentimento misto, dado que a meio das respectivas provas as nossas equipas tiveram possibilidades de se classificarem. No final, a Open ficou em 18º lugar entre 31 selecções presentes, a Feminina em 13ª entre 20, e a Sénior em 13ª em 24.

No início de 2021, a Direcção submeteu, ao IPDJ, uma renovação da candidatura de Apoio Financeiro a Eventos Desportivos Internacionais, que acabou por ser anulada, logo que foi conhecido que o evento não teria lugar neste ano.

D) Núcleo de Alta Competição (NAC)

Os constrangimentos existentes afectaram também a actividade do NAC, que engloba as categorias Open e Feminino.

No que respeita ao NAC Feminino, constituído por dois pares até Novembro, data a partir da qual foi aceite a candidatura de um 3º par.

As aulas de preparação regulares (teóricas e práticas) foram ministradas por António Palma aos dois pares já existentes desde o início do ano, e por Álvaro Chaves Rosa ao 3º par, a partir de Novembro.

Como actividade regista-se a participação regular em treinos online:

- Entre a equipa;
- Contra equipas estrangeiras, no contexto de treinos organizados pela EBL (Women's Team Online Series)

No que respeita à Open, terminado que foi o Qualifier da EBL, decidiu a Direcção constituir um NAC de até 6 pares, tendo atribuído à Comissão de Selecção nomeada (Rui Pinto, Antonio Mortarotti e Álvaro Chaves Rosa) a prerrogativa de convidar 2 pares, sendo os restantes 4 pares apurados através de provas de selecção.

Estas provas não se realizaram por falta de quórum, tendo-se inscrito apenas um par, pelo que o NAC Open ficou constituído pelos 2 pares convidados, e por aquele par.

A FPB apoiou a participação da Selecção Sénior no Polish Bridge Union Transatlantic Seniors Cup (online) organizado pela Federação Polaca, com o patrocínio da EBL, e que decorreu em Janeiro e Fevereiro.

E) Provas Online

Devido às circunstâncias resultantes da pandemia, e às diversas restrições de circulação e reunião, em 2021 assistiu-se a um crescimento exponencial de provas online, fruto também do aparecimento de aplicações muito evoluídas com a introdução, entre outras funcionalidades, de imagem e som em tempo real.

Este aumento qualitativo da oferta, nomeadamente pela plataforma Real Bridge, criou as condições necessárias que permitiram cumprir o calendário desportivo nacional ao ser possível realizar 8 provas online.

As Associações Regionais também o fizeram, assim como muitos clubes, de forma intensiva.

Em paralelo mantiveram-se os torneios semanais da FPB na plataforma FUN BRIDGE, da Goto Games.

O BBO continuou também a ser uma ferramenta utilizada, tendo sido realizados 106 torneios particulares, enquanto no Real Bridge foram homologados 329.

F) Arbitragem

Em colaboração com o Conselho de Arbitragem (CA), a FPB organizou um Curso de Formação de Diretores de Torneio, destinado Árbitros de Clube, tendo em vista a melhoria das suas competências e eventual recomendação de promoção à categoria de Árbitros Regionais.

O curso teve como Formadores: José Júlio Curado (Árbitro Internacional), António Eanes (Árbitro Nacional), Pedro Álvares Ribeiro (Árbitro Nacional), e o modelo seguido foi em formato misto: à distância e presencial, baseado no modelo dos cursos de preparação de Diretores de Torneio de nível Internacional promovidos pela EBL.

Entre 20 de Julho e 14 de Outubro efectuaram-se 4 sessões online, a que corresponderam mais de 12 horas de formação, e no fim de semana de 16 e 17 de Outubro realizaram-se 4 sessões presenciais intensivas, tendo participado 5 formandos.

Das avaliações feitas, resultaram promoções e subidas de escalão.

A FPB inscreveu os Árbitros Nacionais António Eanes e Pedro Álvares Ribeiro no Workshop de Arbitragem, que a EBL organiza todos os anos, e destinado à preparação de árbitros que pretendem vir a atingir a categoria de Árbitro Internacional. Esta acção de formação teve dois adiamentos ao longo do ano, tendo finalmente sido agendada para Budapeste, de 25 a 28 de Novembro.

Em função do agravamento generalizado da situação pandémica na Hungria, os referidos árbitros pediram escusa e não participaram neste Workshop.

G) Grande Prémio de Portugal

Em resultado da continuação do estado de pandemia, a Direcção decidiu não realizar o Grande Prémio de Portugal.

2.2 - Medidas Estruturantes

A) Divulgação do Bridge

A divulgação do Bridge fez-se fundamentalmente através de diversos contactos com entidades públicas e privadas, sem que daí se tivesse obtido qualquer resultado positivo.

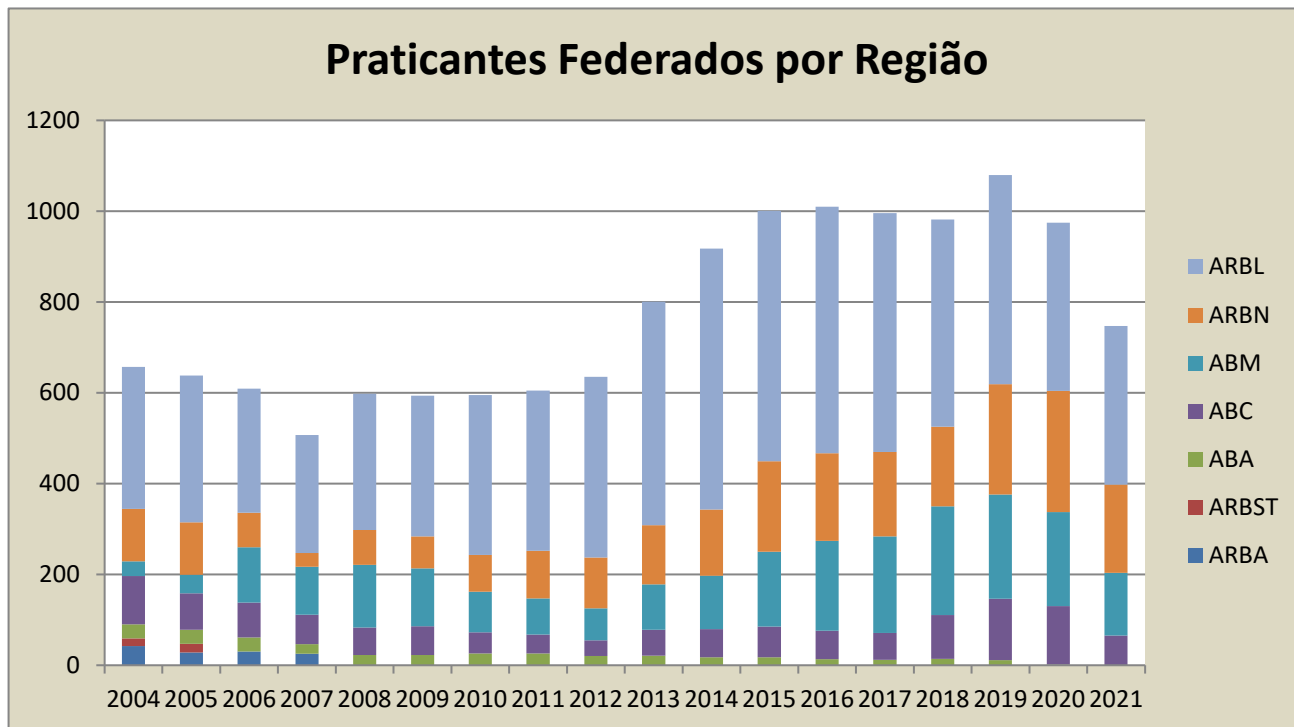
B) Captação e Fidelização de Praticantes

Este é seguramente o aspecto mais preocupante dado que foi em 2021 que se sentiu o maior impacto na nossa actividade, resultante do prolongamento da pandemia pelo 2º ano consecutivo. Os diversos confinamentos e restrições reduziram a actividade desportiva presencial a níveis mínimos, tendo sido compensados em parte pelo aumento da actividade online.

O contexto de insegurança sentido por muitos praticantes, a par da quase inactividade de 2 Associações Regionais, e de muitos clubes, dos quais um número significativo deles nem chegou a abrir portas, contribuíram decisivamente para a perda líquida de 228 federados, valor este que representa uma redução de 23% face ao ano anterior (747 vs 975).

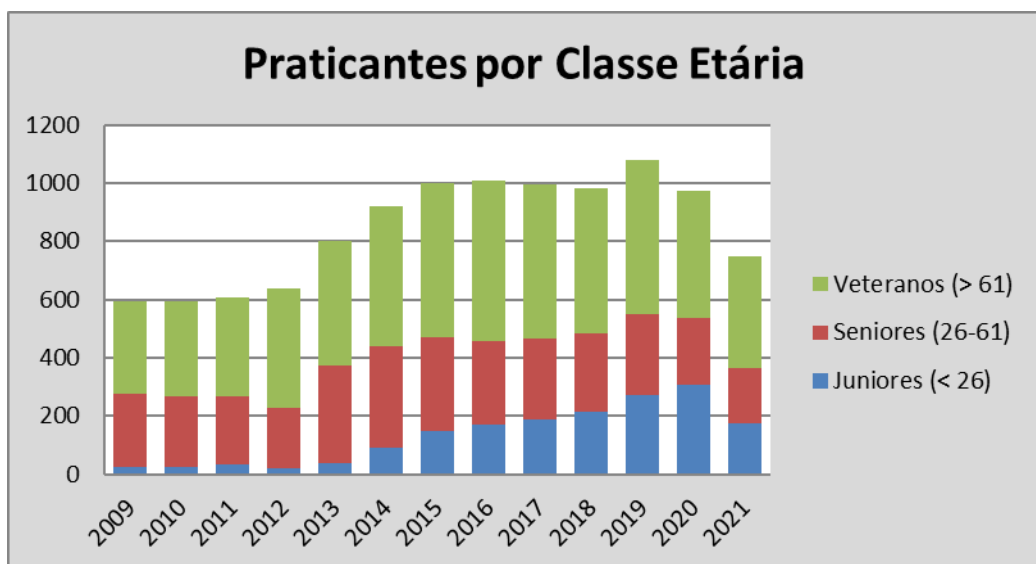
Com efeito 310 praticantes que estavam inscritos em 2020, não se licenciaram em 2021. Estas perdas foram parcialmente compensadas pelos novos praticantes (apenas 22), e de forma mais significativa pelos 66 praticantes que recuperaram a sua licença federativa.

No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução do número de praticantes federados, desde 2004 até 2021.



No que respeita à distribuição dos praticantes federados pelos diferentes escalões etários, ao longo dos últimos 13 anos, constata-se um significativo aumento do peso relativo dos Veteranos de 45% para 51% do total, uma quase estabilidade dos Seniores à volta dos 25%, e uma perda no segmento dos Juniores de 32% para 23% do total.

Ter em consideração que a base é menor, pelo que se agrava a tendência de envelhecimento dos praticantes de Bridge, em linha de resto com a realidade demográfica do País.



RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2021

C) Clubes de Bridge

Em 2021, não tiveram actividade, incluindo o não licenciamento dos seus associados, o Clube de Ténis do Estoril (CTE), o Núcleo de Bridge da Cruz Vermelha (NBCVP), o Clube Galitos de Aveiro (CGA), o Clube de Bridge da Figueira da Foz (CBFF) e o Centro Norton de Matos (ABC).

Em contrapartida, filiou-se um novo clube, chamado Clube de Bridge da Covilhã, com 8 praticantes.

Globalmente, a FPB passou a contar com 32 Clubes filiados.

D) Formação

Como resultado das restrições orçamentais motivadas pela enorme quebra de receitas, o apoio financeiro à formação ficou limitado ao Bridge Escolar e à formação de árbitros.

No âmbito do Bridge Escolar, os apoios financeiros concedidos foram de 3.786 €.

No âmbito da formação de árbitros, foram realizadas as ações de formação referidas no ponto 2.1 F), com um custo global de 1.648 €.

A formação de Árbitros foi objecto de apoio financeiro por parte do IPDJ, através de um Contrato-Programa destinado especificamente à Formação de Recursos Humanos.

E) Bridge Escolar

No ano lectivo de 2020/2021, deu-se continuidade ao projecto de Mini-Bridge, de acordo com o protocolo existente entre a FPB, a ARBN e o Colégio de São Gonçalo, em Amarante.

O curso foi ministrado pelo monitor e árbitro nacional Pedro Álvares Ribeiro, e envolveu 4 turmas, sendo duas do 7º ano e as restantes duas do 8º, num total de 73 alunos.

No 2º período foram ministradas 12 aulas online, e no 3º período outras 12 aulas, mas já presenciais, em que a última foi o torneio de encerramento do ano lectivo.

Dada a situação pandémica que se está a viver não foi possível organizar um torneio de pares para cada ano, como estava inicialmente previsto. Optou-se por fazer um torneio de equipas, na biblioteca do colégio, com uma equipa de cada turma, em três encontros de 6 mãos num round robin completo.

Em 2021, a FPB apoiou financeira e logisticamente este projecto, com um montante de 1.326 €.

Em paralelo, a FPB também apoiou financeiramente o projecto de Bridge Escolar da ABM, na Escola Básica de Santo António, no Funchal, com um montante de 2.460 €.

2.3 - Gestão Administrativa

Devido à suspensão da actividade desportiva, a FPB recorreu ao mecanismo do *lay-off* simplificado do funcionário Pedro Cabrita, durante o período de 15 de Janeiro a 15 de Abril.

Foi concluído o Caderno de Encargos para o desenvolvimento de uma nova aplicação de gestão da actividade desportiva, estando o mesmo para se dar início ao processo de consultas ao mercado, o que acabou por não se concretizar dadas as restrições financeiras existentes.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2021

2.4 - Relação com Filiados e Praticantes

Sendo a comunicação com os Clubes, Associações Regionais e Praticantes, federados e não federados, uma prioridade, da Direcção da FPB, o que é facto é que ficámos muito aquém do que nos tínhamos proposto, sendo a principal razão a falta de recursos próprios, agravados pela demissão do Vogal da Direcção a quem este pelouro tinha sido atribuído.

Mantiveram-se os meios tradicionais de comunicação:

a) Mailings para divulgação dos Campeonatos Nacionais, principais decisões da Direcção e outros factos relevantes da actividade federativa;

b) Publicação atempada, no portal da FPB, dos resultados dos Campeonatos Nacionais, e das principais decisões de todos os órgãos federativos.

2.5 - Ética, Justiça e Disciplina

Nada a assinalar.

2.6 – Outros Órgãos Sociais da FPB

A) Assembleia Geral

Realizaram-se por videoconferência as seguintes reuniões da Assembleia Geral da FPB:

- Assembleia Geral Ordinária, em 28/03/2021, destinada a aprovar o Relatório e Contas de 2020;
- Assembleia Geral Ordinária, em 26/11/2021, destinada a aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2022;

B) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a execução orçamental da FPB e procedeu à elaboração de pareceres relativos ao Relatório e Contas de 2020 e ao Plano de Actividades e Orçamento para 2022.

C) Conselho Técnico

Ao Conselho Técnico (CT) foram solicitados alguns pareceres relativos ao Carry Over e qual deveria ser a percentagem a transitar para as fases seguintes, sobre como melhor ponderar as provas online, em termos de coeficientes, e sobre outras questões relativas ao Bridge online.

D) Conselho de Arbitragem

No âmbito das suas competências, o Conselho de Arbitragem (CA) procedeu à nomeação dos Directores de Torneio (DT) das provas nacionais. Manteve-se o critério da delegação às Associações Regionais da competência da nomeação dos DT dos respectivos campeonatos.

E) Conselho de Justiça

Nada a assinalar.

Direcção

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2021

F) Conselho de Disciplina

No âmbito das suas funções, o Conselho de Disciplina (CD) teve a seguinte actividade:

- Autuação de 2 novos processos disciplinares;
- Emissão de 1 acórdão com sanção disciplinar.

2.7 – Obituário

Com profundo pesar, registamos o falecimento dos praticantes

José Mira (324)

Rui Ralha (1530)

José Manuel Lampreia (174)

Álvaro Martinho (4288)

Alberto Fernandes (1016)

Raúl Assis (3037)

João Oliva (1514)

Manuel Pires (3035)

Marina Wolffensperger (1436)

Diamantino Delgado (2334)

José Lima (3117)

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2021 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Federação.

3.1 - Apresentação

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

Em anexo ao presente relatório, apresentam-se ainda os seguintes documentos:

- Demonstrações Financeiras (**anexo I**);

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Natureza
- Fluxos de Caixa
- Demonstração dos Fundos Patrimoniais
- Anexo

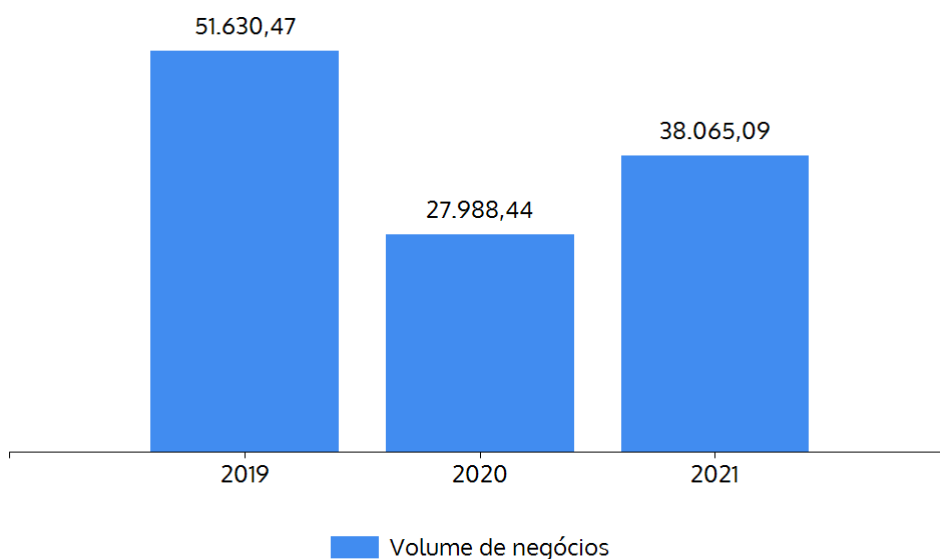
- Mapa de gastos e rendimentos (**anexo II**);

- A Certificação Legal das Contas (**anexo III**);

- O Parecer do Conselho Fiscal (**anexo IV**).

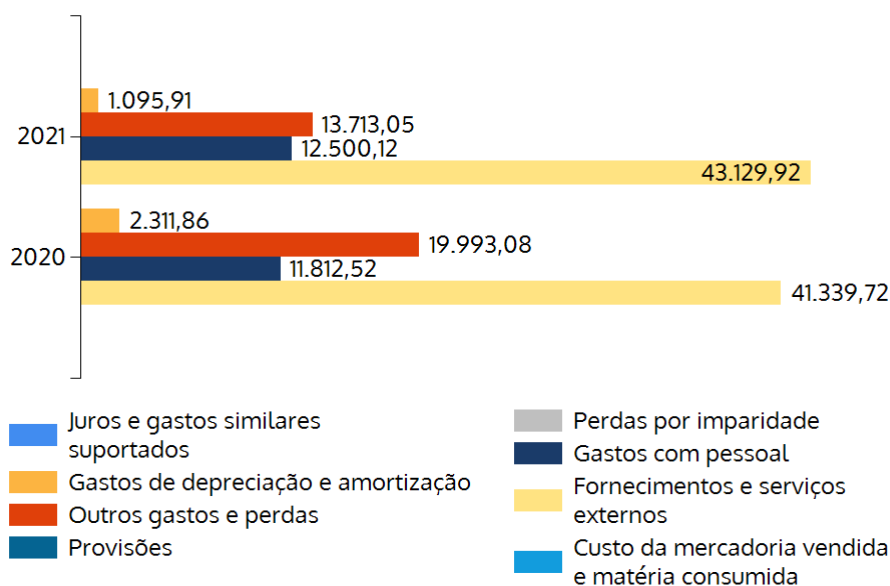
3.2 - Atividade e Posição Financeira

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



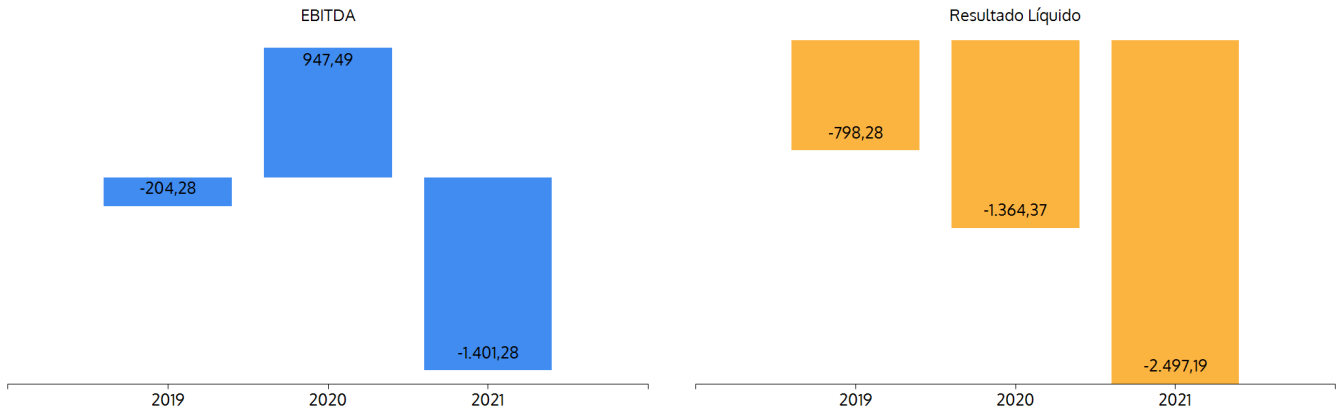
Itens	PERÍODO	
	2020	2021
Prestação de Serviços	27.988,44	38.065,09
Outros Rendimentos	46.104,37	29.876,72

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da federação:



Itens	PERÍODO	
	2020	2021
Fornecimentos e serviços externos	0,55	0,61
Gastos com pessoal	0,16	0,18
Outros gastos e perdas	0,26	0,19
Gastos de depreciação e amortização	0,03	0,02

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a federação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Os rácios financeiros traduzem relações entre as contas do Balanço, da Demonstração de Resultados e da Demonstração dos Fluxos de Caixa. São úteis para sintetizar a imensa informação financeira e ajudar à tomada de decisão, sendo que, a partir da utilização de rácios, é possível avaliar a performance e a saúde financeira da federação ao longo de diferentes períodos.

Autonomia Financeira

: mostra ao gestor qual a percentagem dos ativos que está a ser financiada por fundos patrimoniais. É um dos indicadores mais utilizados na análise financeira. Quanto mais reduzido for o valor obtido por este rácio, maior é a dependência da empresa de fundos alheios. Por exemplo, se o rácio apresentar valores inferiores a 0,2, significa que a federação envolve riscos acrescidos, enquanto valores superiores a 0,5 indicam que o seu risco é baixo e que apresenta solidez financeira.

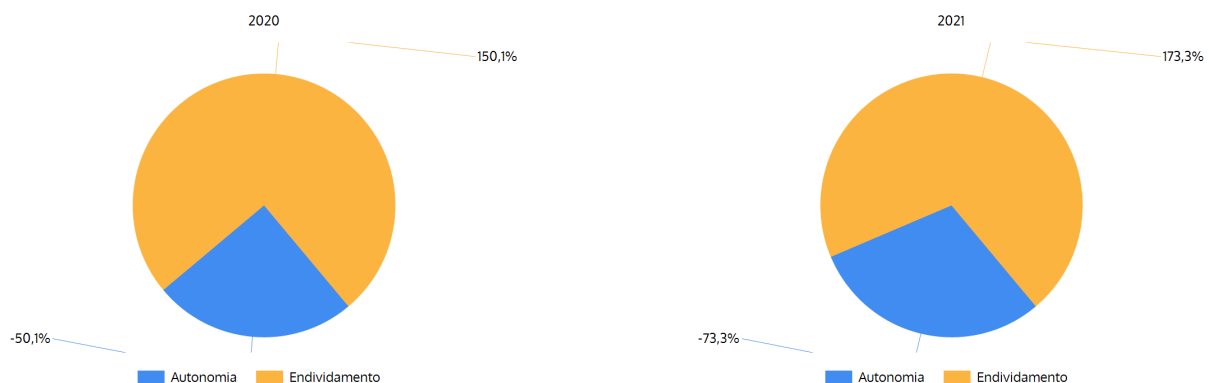
$$\text{Autonomia Financeira} = \text{Fundos Patrimoniais/Ativo}$$

Endividamento

: Este rácio compara os fundos em dívida com os detidos pela federação. É a medida da capacidade, da federação, para responder adequadamente às suas obrigações em relação aos seus credores. À medida que o rácio de endividamento se aproxima da relação 1:1, há muito maior equilíbrio de interesses.

$$\text{Endividamento} = \text{Passivo/Ativo}$$

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da federação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



O **Rácio de solvabilidade** é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos activos da federação financiados por fundos patrimoniais versus financiados por fundos alheios. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da federação. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Solvabilidade = Fundos Patrimoniais / Passivo

O **Rácio de liquidez geral** é um rácio financeiro que mede a capacidade da federação de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da federação, sendo desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1, significando que a federação tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Liquidez Geral = Ativo corrente/Passivo corrente

Itens	PERÍODO		
	2019	2020	2021
Autonomia	-0,19	-0,50	-0,73
Solvabilidade	-0,16	-0,33	-0,42
Liquidez Geral	1,51	1,46	1,06

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da federação através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2019	2020	2021
Ativo não corrente	1.370,00	3.031,04	1.935,13
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	<i>8,10%</i>	<i>31,92%</i>	<i>19,06%</i>
Ativo corrente	15.546,97	6.465,09	8.220,27
<i>Percentagem ativo corrente</i>	<i>91,90%</i>	<i>68,08%</i>	<i>80,95%</i>
Total ativo	16.916,97	9.496,13	10.155,40
Capital Próprio	-3.196,26	-4.754,63	-7.445,82
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	<i>-18,89%</i>	<i>-50,07%</i>	<i>-73,32%</i>
Passivo não corrente	9.834,75	9.834,75	9.834,75
<i>Percentagem passivo não corrente</i>	<i>58,14%</i>	<i>103,57%</i>	<i>96,84%</i>
Passivo corrente	10.278,48	4.416,01	7.766,47
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>60,76%</i>	<i>46,50%</i>	<i>76,48%</i>
Total Capital Próprio e Passivo	16.916,97	9.496,13	10.155,40

3.3 - Trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Itens	PERÍODO		
	2019	2020	2021
Gastos com Pessoal	11.892,14	11.812,52	12.500,12
Nº Médio de Pessoas	1,00	1,00	1,00
Gasto Médio por Pessoa	11.892,14	11.812,52	12.500,12

3.4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

Comparativamente com o Orçamento de 2021, aprovado pela Assembleia Geral da FPB, a despesa global ficou 44.508,05 euros abaixo do valor orçamentado e a receita 47.005,24 euros abaixo do valor orçamentado, o que originou um resultado líquido de (2.497,19) euros no exercício de 2021, incluindo as amortizações.

Propõe-se aplicação do Resultado Líquido para resultados transitados no montante de 2.497,19 euros negativos.

Se excluirmos as amortizações, o resultado operacional do exercício ascendeu a 1.401,28 euros negativos.

3.5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

3.6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

Embora num contexto de incerteza (agravado pela guerra na Europa), prevemos que a partir do 2º trimestre do ano, a prática normal de desporto em ambientes fechados seja menos afetada pela COVID 19.

3.7 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Bridge não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Direção e os delegados à Assembleia Geral, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

A FPB não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela FPB.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal, nem perante a Segurança Social.

A 15 de março de 2022

Pela Direção

Pedro Salgueiro
(Presidente da FPB)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	582,00	776,00
Ativos intangíveis	5	1.353,13	2.255,04
		1.935,13	3.031,04
Ativo corrente			
Créditos a receber	9	6.842,52	2.029,85
Estado e outros entes públicos	11	5,49	5,49
Diferimentos	9	405,54	343,87
Caixa e depósitos bancários	12	966,72	4.085,88
		8.220,27	6.465,09
Total do ativo		10.155,40	9.496,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	7.481,97	7.481,97
Resultados transitados	9	-19.273,41	-17.909,04
Excedentes de revalorizaço	5;9	582,00	776,00
Ajustamentos / outras variaçoes nos fundos patrimoniais	8;9	6.260,81	6.260,81
Resultado líquido do período		-2.497,19	-1.364,37
Total dos fundos patrimoniais		-7.445,82	-4.754,63
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	7	9.834,75	9.834,75
		9.834,75	9.834,75
Passivo corrente			
Fornecedores	9	1.857,34	1.768,49
Estado e outros entes públicos	11	428,03	487,63
Outros passivos correntes	9;10	5.481,10	2.159,89
		7.766,47	4.416,01
Total do passivo		17.601,22	14.250,76
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10.155,40	9.496,13

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	6	38.065,09	27.988,44
Subsídios, doações e legados à exploração	8	27.412,32	27.333,80
Fornecimentos e serviços externos	6	-43.129,92	-41.339,72
Gastos com o pessoal	10	-12.500,12	-11.812,52
Outros rendimentos	6	2.464,40	18.770,57
Outros gastos	6	-13.713,05	-19.993,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.401,28	947,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-1.095,91	-2.311,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.497,19	-1.364,37
Resultado antes de impostos		-2.497,19	-1.364,37
Resultado líquido do período		-2.497,19	-1.364,37

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	—		
Recebimentos de clientes e utentes		33.357,17	36.684,22
Pagamentos a fornecedores		40.387,96	46.109,70
Pagamentos ao pessoal	10	12.542,43	12.112,14
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-19.573,22</u>	<u>-21.537,62</u>
Outros recebimentos/pagamentos		16.454,06	25.647,22
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-3.119,16	4.109,60
Fluxos de caixa das atividades de investimento	—		
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4		1.196,45
<i>Ativos intangíveis</i>	5		2.970,45
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			-4.166,90
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	—		
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-3.119,16	-57,30
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	4.085,88	4.143,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	966,72	4.085,88

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
do período findo em 31-12-2021
(montantes em EURO)**

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	7.481,97			-17.909,04	776,00	6.260,81	-1.364,37	-4.754,63		-4.754,63
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-1.364,37	-194,00		1.364,37	-194,00		-194,00
	7				-1.364,37	-194,00		1.364,37	-194,00		-194,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							-2.497,19	-2.497,19		-2.497,19
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							-2.691,19	-2.691,19		-2.691,19
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6+7+8+10	7.481,97			-19.273,41	582,00	6.260,81	-2.497,19	-7.445,82		-7.445,82

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	7.481,97			-17.110,76	970,00	6.260,81	-798,28	-3.196,26		-3.196,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-798,28	-194,00		798,28	-194,00		-194,00
	2				-798,28	-194,00		798,28	-194,00		-194,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-1.364,37	-1.364,37		-1.364,37
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-1.558,37	-1.558,37		-1.558,37
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	7.481,97			-17.909,04	776,00	6.260,81	-1.364,37	-4.754,63		-4.754,63

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Bridge, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, pelo despacho 41/93 na 2ª Série de 29 de Novembro de 1993.

Número de identificação de pessoa coletiva: 501302115.

Lugar da sede social: Rua Amélia Rey Colaço 46 D, 2790-017 Carnaxide.

Natureza da atividade: Promoção, desenvolvimento, organização, regulamentação, direção e difusão do ensino e prática do Bridge. A federação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Carnaxide sob o número 501302115.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2021.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação



Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	4-8 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 5 anos.

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	33.752,35	25.104,66	685,82	59.542,83
Depreciações acumuladas	32.976,35	25.104,66	685,82	58.766,83
Saldo no início do período	776,00	0,00	0,00	776,00
Variações do período	-194,00	0,00	0,00	-194,00
Total diminuições	194,00	0,00	0,00	194,00
Depreciações do período	194,00	0,00	0,00	194,00
Saldo no fim do período	582,00	0,00	0,00	582,00
Valor bruto no fim do período	33.752,35	25.104,66	685,82	59.542,83
Depreciações acumuladas no fim do período	33.170,35	25.104,66	685,82	58.960,83

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2020):

Descrição	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	33.752,35	24.102,21	685,82	58.540,38
Depreciações acumuladas	32.382,35	24.102,21	685,82	57.170,38
Saldo no início do período	1.370,00	0,00	0,00	1.370,00
Variações do período	-594,00	0,00	0,00	-594,00
Total de aumentos	0,00	1.002,45	0,00	1.002,45
Aquisições em primeira mão	0,00	1.002,45	0,00	1.002,45
Total diminuições	594,00	1.002,45	0,00	1.596,45
Depreciações do período	594,00	1.002,45	0,00	1.596,45
Saldo no fim do período	776,00	0,00	0,00	776,00
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>33.752,35</i>	<i>25.104,66</i>	<i>685,82</i>	<i>59.542,83</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>32.976,35</i>	<i>25.104,66</i>	<i>685,82</i>	<i>58.766,83</i>

5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Programas de computador	TOTAL
<i>Valor bruto total no fim do período</i>	<i>2.970,45</i>	<i>2.970,45</i>
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>	<i>1.617,32</i>	<i>1.617,32</i>
Valor bruto no início	2.970,45	2.970,45
Amortizações acumuladas	715,41	715,41
Saldo no início do período	2.255,04	2.255,04
Variações do período	-901,91	-901,91
Amortizações do período	901,91	901,91
Total diminuições	901,91	901,91
Saldo no final do período	1.353,13	1.353,13

6 - Rendimentos e gastos

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	38.065,09	27.988,44
Outros réditos	29.876,72	46.104,37
Total	67.941,81	74.092,81

Os outros réditos no montante de 29.876,72 euros, incluem subsídios à exploração (27.412,32 euros) conforme nota 8.1 e outros rendimentos no montante 2.464,40 euros detalhados conforme nota 6.3.

6.3 - Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO		
	2019	2020	2021
Outros Rendimentos	27.082,37	18.770,57	2.464,40
Rendimentos Suplementares	26.878,40	17.983,16	2.270,40
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	9,97		
Outros	194,00	787,41	194,00

6.4 - Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO		
	2019	2020	2021
Outros Gastos	17.867,41	19.993,08	13.713,05
Impostos	4,70	3,68	1,80
Correções de Exercícios Anteriores	214,51	215,70	15,00
Quotizações	1.908,39	1.497,82	1.698,14
Outros	15.739,81	18.275,88	11.998,11

Os principais gastos incluídos em "outros", discriminam-se da seguinte forma:

Apoios monetários - 3.756,00 euros

Provas Internacionais - 2.400,00 euros

Taxas de licenciamento - 4.348,11 euros

Aquisição de equipamento desportivo - 1.494,00 euros

6.5 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	21.147,71	14.894,76
Trabalhos especializados	11.340,60	7.207,80
Publicidade e propagação	0,00	150,00
Honorários	9.155,30	7.160,91
Conservação e reparação	575,61	242,45
Outros	76,20	133,60
Materiais	334,15	446,78
Material de escritório	334,15	446,78
Energia e fluidos	1.604,55	1.685,48
Eletricidade	1.100,82	1.204,49
Água	503,73	480,99
Deslocações, estadas e transportes	5.792,08	6.559,74
Deslocações e estadas	5.432,08	6.199,74
Transportes de pessoal	360,00	360,00
Serviços diversos	14.251,43	17.752,96
Rendas e alugueres	11.634,60	14.721,60
Comunicação	1.608,03	1.580,21
Seguros	990,22	1.350,99
Limpeza, higiene e conforto	18,58	10,16
Outros serviços	0,00	90,00
Total	43.129,92	41.339,72

7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

7.1 - Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

No decorrer do ano de 2019 foi proferida a sentença pelo tribunal tributário de Lisboa que veio dar razão à Federação, no entanto a Autoridade Tributária recorreu da sentença situação pela qual a provisão se mantém registada.

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período
Subsídios à exploração	27.333,80	27.412,32	27.412,32
Valor dos reembolsos efetuados no período	27.333,80	27.412,32	27.412,32
De subsídios à exploração	27.333,80	27.412,32	27.412,32

Os subsídios à exploração para o ano de 2021 foram no montante de 27.412,32 euros, e foram atribuídos por as seguintes entidades:

IPDJ - Atividades Regulares - 24.000,00 euros
- Formação Recursos Humanos – 2.000,00 euros

Apoio Covid Segurança Social - 1.412,32 euros

9 - Instrumentos financeiros

9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas nas demonstrações dos resultados.

9.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2020 e 2021, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Saldo Final
Capital	7.481,97	0,00	7.481,97
Resultados transitados	-17.909,04	1.364,37	-19.273,41
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	776,00	194,00	582,00
Outros excedentes	776,00	194,00	582,00
Outras variações nos capitais próprios	6.260,81	0,00	6.260,81
Doações	6.260,81	0,00	6.260,81
Total	-3.390,26	1.558,37	-4.948,63

9.3 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	6.842,52
Clientes e utentes	5.301,20
Outras contas a receber	1.541,32
Passivos financeiros:	7.338,44
Fornecedores	1.857,34
Outras contas a pagar	5.481,10

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2020):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	2.029,85
Clientes e utentes	611,70
Outras contas a receber	1.418,15
Passivos financeiros:	3.928,38
Fornecedores	1.768,49
Outras contas a pagar	2.159,89

9.4 - Gastos a Reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 405,54 euros, os quais respeitam a gastos ocorridos em 2021 referentes ao período de 2022.

Identificação de diferimentos de gastos:

Nome / Descrição	Valor
Seguros	90,84
Alojamento	259,35
Aluguer equipamento	55,35

10 - Benefícios dos empregados

10.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2021 o número de colaboradores era de 1.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para o funcionário.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	12.500,12	11.812,52
Remunerações do pessoal	10.567,60	10.014,96
Encargos sobre as remunerações	1.656,43	1.444,10
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	120,09	197,46
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	156,00	156,00

Não existem dívidas para com os colaboradores.

11 - Impostos e contribuições

11.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	2,49	0,00	2,49	0,00
Retenções efetuadas por terceiros	2,49	0,00	2,49	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	3,00	200,00	3,00	273,84
Contribuições para a Segurança Social	0,00	228,03	0,00	213,79
Total	5,49	428,03	5,49	487,63

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da federação dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

12 - Fluxos de caixa

12.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	38,74	40,00	42,24	36,50
Depósitos à ordem	4.047,14	58.880,78	61.997,70	930,22
Total	4.085,88	58.920,78	62.039,94	966,72

12.2 - Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

13 - Outras divulgações

13.1 - Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção

b) Indicação sobre se os associados, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

13.2 - Acontecimentos após a data de balanço

A eclosão da guerra na Europa, veio acrescentar dificuldades em perspetivar a evolução futura de curto prazo da economia e o impacto nos gastos.